



Conselho Nacional de Justiça

Ata de Reunião

COMISSÃO PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INFRAESTRUTURA

| Data | Horário | Local |
|------------|---------|----------|
| 08/02/2017 | 10h00 | Sala 208 |

| Participantes (presencial) | Telefone/e-mail |
|---|--|
| Conselheiro Carlos Levenhagen – Presidente da Comissão | (61) 2326-4579 carlos.levenhagen@cnj.jus.br |
| Conselheiro Gustavo Tadeu Alkmim – Membro da Comissão | (61) 2326-4904 gustavo.alkmim@cnj.jus.br |
| Marcelo Mesquita Silva – Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ | (61) 2326.4743 marcelo.mesquita@cnj.jus.br |
| Lúcio Melre – Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação | (61) 2326-5318 lucio.melre@cnj.jus.br |
| Antonio Augusto Martins – Chefe da Divisão de Gestão do PJe | (61) 2326-5322 augusto.martins@cnj.jus.br |
| Francisco Gonçalves – Coordenador de Gestão de Sistemas | (61) 2326.5432 francisco.filho@cnj.jus.br |
| Brenton Crispim – Assessor - Conselheiro Carlos Levenhagen | (61) 2326.4885 brenton.crispim@cnj.jus.br |

10ª Reunião da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura

I – Considerações e deliberações

Aberta a reunião, iniciaram-se as deliberações dos itens pautados na seguinte ordem:

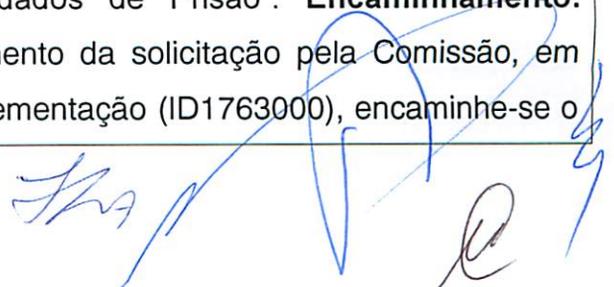
. **Item 2 - Expediente SEI nº 4228/2015** - referente à viabilidade da formalização de convênio entre CNJ e o Ministério do Trabalho e Emprego - Minas Gerais, para permitir aos Juízes de Direito Estaduais acesso ao banco de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). **Encaminhamento:** Indagado, o Diretor Lúcio Melre informou que não haveria nenhum óbice para a formalização do convênio entre CNJ e Ministério do Trabalho e Emprego, desde que não fosse necessária a integração nesse momento. Deliberou-se, então, pela solicitação de parecer do DTI sobre a matéria, em prazo razoável. Comuniquem-se ao magistrado solicitante as providências ora determinadas.

. **Item 3 – Expediente SEI nº 8688/2016** - Empresa Thomson Reuters solicita autorização de acesso aos sistemas de automação de consulta dos tribunais de justiça do país, bem como a inclusão de todas as movimentações disponíveis nas consultas pelos sites dos tribunais no mesmo sistema de automação. **Encaminhamento:** Deliberou-se pela impossibilidade de atendimento em razão da falta de maturidade do MNI, para atender essa demanda, muito embora haja esforços para seu aperfeiçoamento. Comunique-se à empresa solicitante.

. **Item 4 – Expediente SEI nº 9056/2016** - Consulta sobre a viabilidade do desenvolvimento de módulos do Sistema Nacional de Videoconferências, em parceria com o Tribunal de Justiça de Roraima. **Encaminhamento:** Deliberou-se pelo atendimento da demanda ante o parecer favorável do DTI, que não identifica óbice técnico para promoção da cooperação técnica com o TJRR, nos termos da minuta do documento nº. 0177611. Comunique-se ao Tribunal solicitante.

. **Item 5 – Expediente SEI nº 12589/2016** - Ofício n. 4366/2016/GAB/PGJ do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, solicitando informações acerca do procedimento necessários para a realização de intimações no Sistema de Processo Judicial Eletrônico – Pje. **Encaminhamento:** Deliberou-se pelo encaminhamento da demanda ao Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Marcelo Mesquita Silva, para parecer sobre a matéria, em prazo razoável. Comunique-se ao MP solicitante.

. **Item 6 – Comissão nº 0754-44 (PJe)** – Solicitação da Polícia Federal para ampliação das funcionalidades do “Banco Nacional de Mandados de Prisão”. **Encaminhamento:** Considerando a informação de que houve o atendimento da solicitação pela Comissão, em 04.03.15, incumbindo ao DTI a efetivação de sua implementação (ID1763000), encaminhe-se o



expediente à Secretaria-Geral para análise e formalização do acordo, em prazo razoável. Comunique-se ao Departamento de Polícia Federal solicitante.

. **Item 7 – Adiado para a próxima reunião.**

. **Item 01 - Relatório sobre a reunião extraordinária realizada no dia 06/12/16, nos termos do art. 29 do RICNJ, e seus desdobramentos** - os Conselheiros Carlos Levenhagen e Gustavo Tadeu Alkmim apresentaram ao Juiz Marcelo Mesquita Silva as preocupações da Comissão e a necessidade de implantação do PJe 2.0 e treinamento, no âmbito dos tribunais. O Juiz Auxiliar, então, manifestou-se no sentido de que há interesse do DTI em analisar e solucionar, junto à Presidência do CNJ, as demandas respectivas.

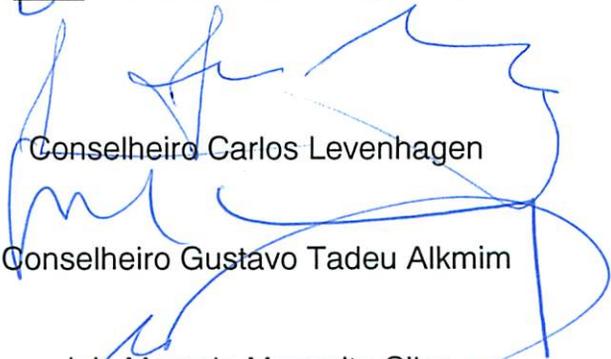
Assuntos gerais

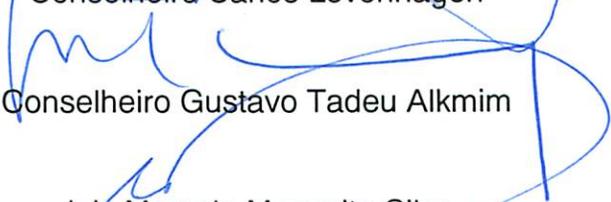
. Expediente encaminhado pelo TJDFT, via malote digital: será analisado na próxima reunião da Comissão;

. O Conselheiro Gustavo Tadeu Alkmim apresentou, ao Juiz Marcelo Mesquita, a necessidade de se retomarem os julgamentos via plenário virtual;

. O Diretor do DTI comunicou a nova contratação da empresa BASIS Tecnologia, na sexta-feira, 03.02.17.

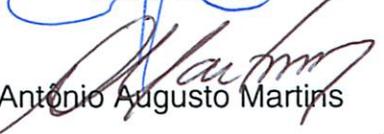
Nada mais havendo, encerrou-se a reunião às 11h22m, cuja ata segue assinada pelos presentes. Para constar, eu, B Brenton Crispim, digitei a presente.


Conselheiro Carlos Levenhagen


Conselheiro Gustavo Tadeu Alkmim


Juiz Marcelo Mesquita Silva


Lúcio Melre


Antônio Augusto Martins


Francisco Gonçalves Filho